



Abril 2018 - ISSN: 1989-4155

TICS NAS ESCOLAS PÚBLICAS: MAIS UM FATOR PARA A DESIGUALDADE?

Caroline Marci Fagundes Coutinho¹

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Caroline Marci Fagundes Coutinho (2018): "Tics nas escolas públicas: mais um fator para a desigualdade?.", Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo (abril 2018). En línea: <https://www.eumed.net/rev/atlante/2018/04/tics-escolas-publicas.html>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas considerações teóricas acerca do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na rede pública de ensino no Brasil. Considerando a perspectiva de Durkheim da escola quanto ambiente de socialização institucional, e a abordagem de Bourdieu e Passeron da escola como reprodutora de desigualdades sociais, busca-se compreender como o não acesso eficaz às TICs pode comprometer o processo ensino-aprendizagem na rede pública de ensino.

Palavras-chave: TICs, Escolas Públicas, Desigualdades Sociais.

¹ Mestre em Desenvolvimento Social pela Unimontes. Especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio pela UFSJ. Professora de Sociologia na Educação Básica no Estado de Minas Gerais. carolmarci@gmail.com

INTRODUÇÃO

O papel da instituição escola foi modificado, acompanhando o processo natural de transformação da sociedade. Inicialmente como um ambiente de formação social, onde as gerações atuais repassava o conhecimento adquirido para as futuras gerações, agora tornou-se um ambiente, também, de formação instrucional, onde o objetivo principal é repassar um conhecimento de caráter mais técnico com os objetivos de preparar o aluno para os futuros processos profissionais da vida adulta, como a inserção em uma universidade e/ou curso técnico, para, em seguida, o mercado de trabalho.

Os debates sobre o modelo de educação e escolarização apropriado para esta e as novas gerações tem sido tratado com importância nos estudos e pesquisas nas ciências humanas. O ambiente escola deixou de ser somente objeto de pesquisa e passou a ser integrante e atuante das pesquisas sobre e da escola, acompanhando a tendência das pesquisas participantes e de considerar, também, a voz e opinião dos atores sociais.

Neste ambiente de críticas e reflexões, surge a preocupação com a atualização da escola em relação ao uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como mais um instrumento de apoio no processo ensino-aprendizado. Visto que a tendência – e até dependência, da sociedade atual é a utilização da rede de computadores mundial (internet) e os componentes que permitem o seu acesso (computadores, laptops, notebooks, celulares, etc), pensar em meios de como adequar o uso destes no ambiente escolar na potencialização do ensino, no apoio às atividades dos professores e na integração família-escola tornou-se fundamental para o desenvolvimento e valorização do ambiente escolar.

Além de uma preocupação do uso das TICs na escola, pensar na utilização ou não destes mecanismos torna-se mais um fator para a diminuição das desigualdades sociais, pois como é sabido por toda sociedade, há disparidades entre o processo educacional ofertado pelas instituições públicas e as privadas. Visto que os arranjos instituições destes dois ambientes são de origem distintas, onde um é organizado como segmento do Estado como uma política pública assegurada pelas leis constitucionais nacionais, e a outra como empresa privada, seguindo os preceitos básicos do capitalismo vigente, ou seja troca de produto e lucro, os incentivos, investimentos e objetivos possuem lógicas distintas – o que só nesta origem os diferencia. Com isso, no ambiente escolar privado o investimento em TICs é promovido pela lógica do mercado, enquanto no escolar público, pela organização burocrática orçamentária do Estado, e pelo interesse de cada governo.

Diante deste contexto, o objetivo deste artigo é promover uma reflexão do uso de TICs nas escolas públicas, buscando compreender se o acesso a computadores e a internet acontece de forma efetiva ou é mais uma falácia do Estado. A partir da consulta em outras produções acadêmicas, o exercício aqui proposto é suscitar novos debates sobre o tema, bem como compreender se estamos vivenciando um mito do acesso as TICs nas escolas públicas.

1. A ESCOLA COMO AMBIENTE DE SOCIALIZAÇÃO

A escola enquanto ambiente de socialização sempre permeou as preocupações sociológicas. Émile Durkheim (1967) expoente da ciência da sociedade, definia a escola como ambiente de socialização das novas gerações, instruindo-os das intelectualidades e morais do conjunto social onde é realizada

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as novas gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina. (DURKHEIM, 1967: p. 41).

Para Durkheim (1967) a educação tem papel fundamental na formação da sociedade pois as práticas educativas são em conjunto com as práticas sociais, uma não pode ser isolada da outra. Na verdade, os objetivos da educação são adaptáveis de acordo com os estados e as

diversidades sociais. Ainda, são relacionadas as necessidades locais e temporais pois as coletividades direcionam os fins da educação.

O autor é opositor à educação pelo interesse individual e livre, pois a função da educação é social, como forma de manter e perpetuar a coesão social. Pela educação o indivíduo será integrado às instituições, morais e regras sociais, preparando-o para o convívio social normativo.

Autor contemporâneo da sociologia Pierre Bourdieu (1930-2002) acrescenta uma outra perspectiva a questão da educação, a reflexão da reprodução das desigualdades sociais. Em pesquisa realizada na França, o autor concluiu que a seletividade nos processos seletivos para o ingresso no ensino superior é determinado pelas disparidades econômicas e culturais.

Bourdieu e Passeron (2008) denomina esse fenômeno de arbitrário cultural, pois a partir de uma seleção de conhecimentos, pensamentos e práticas socioculturais favorecem específicos grupos sociais. Assim, um conhecimento, uma cultura é determinado como verdadeiro, correto e único padrão, um padrão a ser alcançado. Quando não se é alcançado a cultura ensinada, este processo é visto como uma incapacidade do indivíduo, idealizando que há uma igualdade das possibilidades no processo ensino-aprendizagem.

Logo, para Bordieu e Passeron (2008) as singularidades dos arranjos sociais são perpetuados na reprodução das disparidades entre as classes. Os autores questionam a estigmatização da educação como salvadora dos problemas sociais. É notório que a educação permite as mudanças em certa medida, mas nada tão aprofundado visto o contexto capitalista.

2. AS ESCOLAS COMO UM AMBIENTE DE DESIGUALDADES: AMBIENTES PÚBLICOS *versus* PRIVADOS

Hoje no Brasil a educação é assegurada pelo poder público, mas é uma área que é permitido ter atuação privada. Ou seja, é legítimo o funcionamento de instituições de ensino privadas, onde os alunos e/ou seus responsáveis arquem com os custos financeiros do serviço ofertado. Segundo Demo (2007)

A distância entre escola pública e particular no Brasil é considerável, em favor da escola particular. Entretanto, notam-se sinais de crise também na escola particular, cujo desempenho tem caído nos últimos anos, em especial em 2005. (DEMO, 2007: p. 181).

Apesar da desigualdade entre as escolas públicas e privadas, os aspectos de ensino instrucionista são comuns em ambas. Para Demo (2007) o diferencial do desempenho das escolas privadas são o acompanhamento dos pais e a pressão que este segmento de mercado está submetido, visto que é de alta competitividade e é o resultado do aluno o maior marketing.

A escola enquanto um ambiente de socialização torna-se um reflexo da sociedade na qual está inserida. Assim, as mudanças sociais estão internalizadas na escola. Na verdade, possivelmente, podemos sugerir que é na escola onde acontece o difusor de novidades sociais, notícias e tendências são compartilhadas entre os envolvidos no ambiente escolar.

Logo, diante do contexto social atual, a inserção de tecnologias de comunicação e informação no processo ensino-aprendizagem. Segundo Barros e Araújo (2012)

Em relação aos usos dos meios tecnológicos aplicados no ambiente escolar, dar-se ênfase sobre a sua importância no aprendizado do educando durante e após a sua vida escolar, se faz necessária que se supere visões reducionistas no que se refere aos meios digitais, visões estas muito limitadas dentro da educação, que vêm sendo cada vez mais aplicados por professores em sala de aula, visões estas meramente técnicas ou seja só são repassados conteúdos de forma mecânica, limitando e aumentando a alienação em relação ao conhecimento. (BARROS e ARAÚJO, 2012: p. 02).

Assim, a uso de tecnologias de informação e comunicação no ambiente escolar precisam abordar questões além do uso pedagógico, pois é a utilização na vida cotidiana também um foco, sobretudo nas escolas públicas para amenizar as desigualdades digitais. Mas, conforme Barros e Araújo (2012) ressaltam

Uma vez que há sempre a divisão de classes sociais, ou seja, onde existem escolas dualistas, escolas públicas, para os mais pobres, e as particulares para a elite dominante. Neste contexto, há uma diferenciação bem significativa, uma se diferencia da outra pela variedade de recursos e a outra com poucos ou nenhum recurso e que ainda não são distribuídos igualmente. (BARROS e ARAÚJO, 2012: p. 02).

É notório, como afirmado anteriormente, que a escola como reflexo da sociedade onde está inserida, é também um ambiente de perpetuação das desigualdades sociais vivenciadas no Brasil. O intuito deste trabalho é apontar pontos para questionamento sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação, partindo do contexto do ambiente escolar público.

3. AS TICS DAS/NAS ESCOLAS PUBLICAS: MITO OU REALIDADE?

As tecnologias da comunicação e da informação (TICs) são recursos e instrumentos tecnológicos que possibilitam a troca de informações. Com o avanço significativo das pesquisas tecnológicas, passamos por televisão, rádio, telefones fixos para, também, celulares, smartphones, tablets, computadores, notebooks e tantas outras novidades que surgem, praticamente, em tempo real. Junto a estes aparatos tecnológicos, conta-se com o acesso à rede mundial de computadores, popularmente conhecida como internet. (BRASIL, 1998).

A aplicação destes instrumentos nas escolas ainda não consegue acompanhar a realidade social, visto que qualquer processo de aquisição ou mudança estrutural em ambiente público requer um processo burocrático que, na maioria das vezes, tem muitas etapas e um longo período de tempo até a sua conclusão. A falta de um acesso efetivo dos alunos da rede pública de ensino às TICs pode ser considerado um determinante negativo para o seu processo de aprendizado. Conforme aponta Izabel Grispino (2005)

A crença generalizada é de que a tecnologia acelera o processo de aprendizagem, diversifica as ferramentas do ensino e amplia a visão do educando. O professor, bem treinado, consegue explicar em uma aula o que levaria três ou quatro e o aproveitamento do aluno é bem maior. (GRISPINO, ANO *apud* BARROS e ARAÚJO, 2012: p. 04).

É possível afirmar que essa crença evidenciada por Grispino (2005) é compartilhada por toda a sociedade, o que, com a falta de acesso as TICs no ambiente escolar, causa uma descrença e desmotivação entre alunos e professores.

Com relação a atuação do poder público com relação à oferta de TICs nas escolas públicas, segundo Alves *et al* (2012)

No Brasil, o governo tem investido, intensamente, nos últimos anos, em tecnologias educacionais, em especial em tecnologias de informação e comunicação [TIC], com objetivo de fornecer aos professores da rede pública de Educação Básica infraestrutura necessária para que eles utilizem esses recursos no ensino. Em 1997, foi criado o Programa Nacional de Informática na Educação [PROINFO], cujo objetivo é promover o uso pedagógico da informática na rede pública de Educação Básica. (ALVES *et al*, 2012: p. 12).

O PROINFO² objetiva o repasse de equipamentos como computadores, laptops, projetores, entre outros, e o acesso à banda larga. Também é preocupação a oferta de cursos de capacitação para professores, softwares educacionais e outras mídias educacionais. Com relação ao acesso à banda larga, conforme apresenta Alves *et al* (2012)

² Ver mais informações em: <http://portal.mec.gov.br/proinfo/proinfo>.

Dados disponíveis no Portal Brasil (2010) indicam que no ensino médio, 94,3% das escolas públicas têm acesso à internet, e no ensino fundamental, o recurso está disponível em 39% das escolas de anos iniciais e em 70% das escolas dos anos finais. Ainda referindo-se a 2010, os dados apontavam 47,4 mil escolas conectadas à Internet por meio do programa PROINFO, sendo que mais de 80 mil laboratórios de informática chegaram às escolas por meio deste programa. (ALVES *et al*, 2012: p. 04).

A partir da análise destes dados é possível notar a dificuldade em ofertar acesso as TICs na rede pública de ensino. A dimensão continental do país, além do elevado número de estudantes explicita o esforço a ser realizado.

A realidade do uso de TICs na rede pública de ensino possui outros pontos de conflito. A falta de sincronia entre as políticas públicas com este fim talvez seja o maior desafio. Em muitos casos a escola possui laboratório de informática, mas não tem acesso à internet. Outra problema é o despreparo dos profissionais, professores e gestores, em utilizar as TICs. Alves *et al* (2012) exemplifica essa realidade a partir de dados apresentados por Porto (2009)

Porto (2009) relata que ao questionar professores e gestores das escolas sobre as dificuldades no uso das TIC, os fatores mais citados por eles foram: despreparo do professor para lidar e trabalhar com as TIC, escolas em processo de implantação dos laboratórios, falta de verbas para manutenção da tecnologia ou do laboratório, laboratórios fechados, escolas com necessidade de assessoria para integrar as TIC aos seus conteúdos, falta de tempo dos docentes, escolas sem autonomia financeira para gerenciar e manter as TIC. As escolas dependem dos repasses de recursos/verbas das secretarias de Educação, que instalam os laboratórios, mas depois têm dificuldades para realizarem sua manutenção. (ALVES *et al*, 2012: p. 05 *apud* PORTO, 2009).

A pesquisa realizada por Porto (2009) apesar de ter analisado um universo de 90 escolas públicas, pode ser utilizada como referência para a realidade nacional. O acesso as TICs pelos alunos das escolas públicas, em todos os níveis educacionais, acontecem aquém do idealizado e necessário, o que compromete a atuação da escola, enquanto ambiente de socialização, e o processo ensino-aprendizado, que seja o instrucionismo comum ou quaisquer outro tipo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, seus objetivos e funções acompanharam as transformações sociais ocorridas, sobretudo nos últimos anos com o advento do sistema econômico e social Capitalista. Esta instituição tornou-se um espaço de formação instrucional com papel principal de preparação para o mercado de trabalho. Dentre inúmeras críticas, este é o seu atual contexto.

Nesta perspectiva, pensar na organização e instrumentação do ambiente escolar adquire nova conotação, pois é preciso compreender os desenvolvimento das mídias e tecnológicas sociais. Se anteriormente era necessário pensar em salas de aulas, giz, apagador e livros, agora é preocupação saber das novas tendências tecnológicas e, também, buscar funções onde possam contribuir com o desenvolvimento escolar do aluno e no apoio ao desenvolvimento das atividades dos professores.

Conforme apresentam Bordieu e Passeron (2008) a escola é mais um ambiente de perpetuação das desigualdades sociais, sobretudo onde as singularidades dos arranjos sociais são perpetuados na reprodução das disparidades entre as classes. Os autores questionam a estigmatização da educação como salvadora dos problemas sociais. Mas, como em uma sociedade como o Brasil, pode-se pensar em possibilidade de desenvolvimento, mesmo que esse não seja o fator primordial dessa mudança social. Logo, a escola é um ambiente de contradição, onde é vivenciada as desigualdades sociais gerais e locais, mas pode ser o ambiente de desenvolvimento intelectual e de classes deste mesmo grupo.

Neste ambiente contraditório, e também considerando a dualidade entre instituições escolares de ensino de iniciativa pública e as privadas, a instrumentalização no processo de ensino-aprendizagem pode ser um fator motivador para alunos e professores. Sentir-se incluso

e pertencente ao mundo tecnológico pode ser uma ação para a valorização destes atores sociais, contudo, não são os determinantes diretos da evolução educacional.

Ao considerarmos a promoção da inclusão digital nas escolas públicas, o processo ainda é mais prolongado e dificultado em comparação com as instituições privadas. Como espaço de políticas públicas do Estado, a escola pública é organizada conforme a burocrática estatal, o que torna o processo entre o projeto, ação e execução com um maior tempo entre iniciativa e conclusão, e ainda com possibilidade de desencontro entre executantes dos projetos, organização escolar e até interesse local, visto que o desenvolvimento tecnológico é instantâneo e quando um computador chega a uma escola, por exemplo, pode já ser de tecnológica ultrapassada.

Enfatizando as pesquisas realizadas por Porto (2009) e Alves et al (2012) foi notória as dificuldades em ofertar TICs às escolas públicas. Questões como a dimensão continental do Brasil, os interesses distintos entre políticas públicas promovidas pelas diferentes esferas governamentais, bem como o processo burocrático vigente são determinantes que caracterizam o acesso as TICs às escolas públicas como uma ação promovida de forma desconexa da idealização e necessidade, o que pode acarretar prejuízos significativos no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. S *et al* (2012). **A utilização das TIC no ensino das escolas públicas: Refletindo Sobre fatores que influenciam seu uso.** Anais II Congresso Internacional TIC e Educação.. Lisboa, Portugal.

BARROS, C. M; ARAÚJO, G. R. (2012). **Novas Tecnologias: Escola Pública versus Escola Particular.** Anais IV Fórum Internacional de Pedagogia. Campina Grande, REALIZE Editora,

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. (2008). **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** São Paulo: Vozes, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. (1998). **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF.

DEMO, P. (2007). **Escola pública e escola particular: semelhanças de dois imbróglios educacionais.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 181-206, abr./jun.

DURKHIEM, É. (1967). **Educação e Sociologia.** São Paulo. Edições Melhoramentos.

GRISPINO, I. S. (2005). **Informatização nas escolas públicas e Privadas.** Disponível em http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1238.